

ENCERRAMENTO

Filomena Pereira*

Quero começar por agradecer em nome do Director-Geral, Professor Luís Capucha, o convite que lhe foi dirigido e que, por razões de agenda, não pôde aceitar, como gostaria.

Neste momento a DGIDC está a fazer todos os esforços no sentido de identificar onde estão os problemas, quais são as soluções para os ultrapassar e que desafios temos pela frente. Está em curso um processo de reorganização da Educação Especial orientado, por um lado, para os resultados dos alunos, e por outro para o fortalecimento da autonomia das escolas.

A educação especial tem por objectivo a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, assim como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego de crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente.

Neste sentido, a nível escolar são os casos de *baixa-frequência e de alta-intensidade*, aqueles que exigem mais recursos e meios adicionais para apoiar as suas necessidades educativas. São casos com uma prevalência baixa mas que são muito exigentes em recursos humanos e materiais especializados. A educação especial visa assim, nos termos da nova reorganização da educação especial, responder às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação, num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social e dando lugar à mobilização de serviços especializados para promover o potencial de funcionamento biopsicossocial.

* Direcção de Serviços da Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular

A clara identificação do grupo-alvo da educação especial é imprescindível, dadas as perplexidades, excessos e contradições notadas no sistema educativo. Uma boa parte das dificuldades incide nos processos de referenciação e de avaliação das crianças com necessidades educativas especiais. Erros neste procedimento tiveram consequências negativas, quer no que diz respeito ao atendimento dos alunos, quer no que toca à organização geral da escola, que viu crescer o número de alunos atendidos, os quais necessitam de uma maior qualidade nas respostas educativas e escolares existentes no sistema regular de ensino e não medidas de educação especial.

É com esta prática que se pretende romper ao definir claramente o grupo-alvo da educação especial bem como as medidas organizativas, de funcionamento, de avaliação e de apoio que garantam a estes alunos o acesso e o sucesso educativo elevando os seus níveis de participação e as taxas de conclusão do ensino secundário e de acesso ao ensino superior.

Agora, focalizando-me mais claramente na preocupação deste Seminário, passarei a falar sobre os três passos que, neste momento, estão a ser dados no domínio do apoio aos alunos com deficiências visuais.

Um primeiro passo tem a ver com a produção de materiais e ênfase a utilização da ferramenta “*Braille Fácil*” que está a resultar numa melhoria qualitativa e quantitativa dos materiais produzidos. É evidente que as tecnologias estão a oferecer-nos possibilidades enormes e, portanto, temos que as aproveitar. O debate sobre “se é melhor o *braille*” ou “se são melhores as tecnologias”, como um dos intervenientes neste Seminário há pouco referiu, não parece ser uma discussão útil. Não se trata de sobrevalorizar as TIC em detrimento do *Braille*, mas sim de utilizar as ferramentas que as TIC proporcionam ao serviço de um melhor ensino dos alunos com deficiências visuais. As tecnologias são fundamentais para o acesso à informação. Os livros em formato *daisy* constituem, actualmente, uma oferta importante do Ministério da Educação e estão a ter um óptimo acolhimento junto dos alunos. Os manuais escolares *e-book* produzidos são igualmente uma oferta

relevante, sendo descarregados através da utilização de uma *password individual*. Existe ainda a oferta de manuais escolares em CD-ROM para todas as disciplinas de todos os anos de escolaridade.

O segundo passo tem a ver com a quantidade e qualificação dos recursos humanos. Foi recentemente criado o grupo de recrutamento da educação especial que contempla o grupo 930, especificamente para o apoio aos alunos com deficiências visuais. Trata-se de uma área deficitária em termos de docentes com formação especializada. Ou seja, existem menos docentes do que o necessário e muitos deles não detêm competências nos domínios do *Braille* e da orientação e mobilidade. Neste sentido o Ministério da Educação, através da DGIDC, vai implementar um Plano de Formação Contínua, em colaboração com Universidades e Politécnicos, com o objectivo de qualificar os recursos humanos disponíveis no terreno.

O terceiro passo tem a ver com a organização das respostas educativas. A criação de uma “rede de escolas de referência” onde se concentram recursos humanos e materiais para o apoio e o ensino de áreas curriculares específicas. Estas escolas de referência devem assegurar a observação e a avaliação visual e funcional, a aprendizagem da leitura e da escrita *braille* e a aplicação das diferentes grafias, a utilização de meios informáticos, o ensino da orientação e mobilidade, o treino visual específico, o acompanhamento dos alunos com deficiências visuais que apresentam dificuldades particulares, em certas disciplinas que implicam uma atenção especial (designadamente educação visual, matemática, ciências físico-químicas, educação física, técnicas de laboratório), o acompanhamento psicológico e a orientação vocacional destes jovens, o treino de actividades diárias, promoção de competências sociocognitivas, a formação e o acompanhamento aos professores. Nas escolas de referência os alunos com deficiências visuais frequentam as turmas regulares e terão espaços próprios, complementares, para a aprendizagem de conteúdos específicos não contemplados no currículo comum.

Estamos certos que estas medidas estruturantes – produção de materiais, oferta de formação e criação de uma rede de escolas de referência

– em muito contribuirão para a melhoria da educação e do ensino prestados aos jovens com deficiências visuais melhorando as taxas de acesso ao ensino secundário e superior.

Gostava de deixar uma nota ao Ruben, aluno do ensino secundário que há pouco falou: o Centro de Recursos de Educação Especial da DGIDC não está vocacionado para o ensino superior, mas se precisar de alguma ajuda na transcrição de alguns materiais pode contar connosco.

Ana Paula Sousa*

A minha intervenção vai centrar-se em dois aspectos: os agradecimentos e um compromisso público por parte da ACAPO.

Gostaria de começar por agradecer ao senhor Dr. Adalberto Fernandes e à senhora Dr.^a Filomena Pereira pelas suas contribuições nas Sessões de Abertura e Encerramento deste Seminário. Agradecer à Dr.^a Maria Emília Brederode Santos a árdua tarefa de fazer a síntese das ideias principais, de fazer as notas conclusivas dos trabalhos. Agradecer, igualmente, ao Dr. Fernando Teixeira pelo seu contributo, enquanto moderador dos trabalhos – papel que desempenhou de modo brilhante. Agradecer à senhora Professora Doutora Esperança Jales Ribeiro, pela sua brilhante e realista exposição no que respeita às necessidades educativas especiais e, particularmente, à área da deficiência visual em contexto escolar. Agradecer, também, à Prof. Amélia Lopes pelo seu profissionalismo, tendo-nos propiciado uma grande lição de vida no que respeita ao que um professor deficiente visual pode ser e pode fazer. Agradecer à Prof. Margarida Loureiro a sua grande dedicação aos alunos cegos e amblíopes, quer dentro das escolas quer na vida em geral, que continue a partilhar histórias connosco, que continue a alcançar lindos cisnes; agradecer à Dra. Cristina Miguel que mais uma vez, com a sua simplicidade, nos informou sobre projectos do seu Serviço. Finalmente, mas não menos importante, agradecer os válidos depoimentos das alunas que se disponibilizaram a vir aqui falar das suas vivências e com elas nos propiciaram grandes ensinamentos.

Consideramos que todas as exposições apresentadas por estes diversos intervenientes da comunidade educativa e, de facto, são estes que estão no terreno e que podem levantar e reflectir sobre as questões relevantes para eles próprios. Foram, realmente, elevados contributos dos quais a ACAPO, em colaboração com o Conselho Nacional de Educação, elaborará um documento. Além disso, a ACAPO assegura que faremos a

* Direcção Nacional da ACAPO

comunicação ou transmissão das conclusões aqui obtidas, e sintetizadas nesse documento, aos respectivos responsáveis do Ministério da Educação, nomeadamente à senhora Ministra da Educação (que lamentamos não ter tido presença, hoje, aqui nesta sala). De qualquer modo utilizaremos estas conclusões para posteriores trabalhos e, também, para trabalho junto do Ministério da Educação, pois afinal é ao Ministério da Educação que caberá o estabelecimento, a definição, a implementação das medidas e das políticas necessárias para reestruturar a área da Educação Especial. Não há dúvidas que a ACAPO tem, enquanto associação, um papel fundamental na defesa e na promoção da integração dos deficientes visuais portugueses na sociedade, quer seja pelo desenvolvimento ou promoção do desporto quer seja pela promoção da formação ao nível da autonomia pessoal, ao nível profissional e colocação no mercado de trabalho, quer seja pela educação-formação – que é o pilar depois da integração socioprofissional. Neste âmbito continuaremos a pugnar pelos alunos cegos e amblíopes, por uma escola que seja realmente inclusiva e, conseqüentemente, por uma sociedade mais justa. Porquê? A inclusão, e começamos logo a pensar nos níveis mais novos – crianças deficientes visuais junto das crianças normovisuais –, não é um fim para a inclusão é um meio, porque leva todas as crianças a aprenderem a lidar com as diferenças individuais, a serem mais tolerantes e a respeitar o outro. A inclusão não será um fim, mas sim um meio para se alcançar uma sociedade mais digna e mais justa.

Asseguro-vos que na ACAPO, e estou a falar em nome da ACAPO e em meu nome pessoal, continuaremos a ter os olhos postos na Educação Especial, especificamente na área da deficiência visual.

Maria Emília Brederode Santos*

Em nome do senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação, agradeço a todos os participantes, a todos os assistentes e, em especial, à Dra. Ana Paula Sousa e à ACAPO por esta Sessão e pelo compromisso de continuarmos a trabalhar juntos.

* Conselho Nacional de Educação



Debate Nacional sobre
Educação

Conselho Nacional de Educação

Rua Florbela Espanca

1700-195 Lisboa
Portugal

www.cnedu.pt

cnedu@mail.telepac.pt

tel.: + 351 21 793 52 45

fax: + 351 21 797 90 93